

EDUCAÇÃO FÍSICA

MATHEUS PAULO DE JESUS GUEDES

**ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DOS 1º
JOGOS INFANTIS DO ESTADO DE SÃO
PAULO EM JUNDIAÍ 2018**



Rio Claro
2019

MATHEUS PAULO DE JESUS GUEDES

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DOS 1º JOGOS
INFANTIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
EM JUNDIAÍ 2018

Orientador: José Roberto Gnecco

Co-orientador: Adriana Regina Gonçalves

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio
Claro, para obtenção do grau de Bacharel em
Educação Física.

Rio Claro
2019

G924a Guedes, Matheus Paulo de Jesus
Aspectos da Organização dos 1º Jogos Infantis do Estado de São Paulo em Jundiá 2018 / Matheus Paulo de Jesus Guedes. -- Rio Claro, 2019
51 p. : tabs., fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientador: José Roberto Gnecco

1. Educação física. 2. Políticas públicas. 3. Jogos infantis. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Resumo

O propósito deste estudo é descrever a realização do 1º Jogos Infantis do Estado de São Paulo, sob a óptica da gestão pública esportiva. Por conseguinte, a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Estado de São Paulo criou os Jogos Infantis do Estado que teve em 2018 a sua 1ª edição em Jundiaí, cujo objetivo, salientado pelo Secretário Cacá Camargo foi: “fazer com que o esporte esteja presente no dia a dia das pessoas, nos municípios do Estado e, mais do que isso, no coração de cada um.”. Os Jogos desenvolveram o intercâmbio social e esportivo, difundiram a prática esportiva e deram oportunidade aos jovens entre 12 e 16 anos de acesso a valores objetivando a melhoria física, técnica e tática do desporto dentro de sua comunidade ou região. Por esmero, o campeão não é apenas composto por um único município da região administrativa, e sim pelas cidades que fazem parte de cada delegação, promovendo a inserção das crianças no esporte e visando estimular esta prática, que educa e mostra a importância do respeito e ainda contribui para a formação física e psíquica das pessoas. Este projeto se caracteriza como uma pesquisa descritiva pelo estudo e registro dos fatos e pela análise e interpretação deles; a coleta acontecerá por meio da busca e análise documental dos projetos, reportagens e boletins relacionados aos Jogos; os documentos pertinentes serão disponibilizados junto ao órgão municipal e/ou através de demais fontes e instituições necessárias. Serão aproveitadas entrevistas já publicadas pelos órgãos regionais de imprensa feitas com autoridades, atletas e cidadãos relativas ao estudo. Pensar nas políticas públicas esportivas brasileiras que prezam por projetos de diversas ordens, ainda há muito a discutir e se (re)formular sobre o significado de esporte educação e de participação. Devido aos últimos megaeventos esportivos sediados no Brasil, as políticas para esporte de rendimento ainda prevalecem sobre as demais. No art. 217 da Constituição Federal Brasileira é dever do Estado fomentar as práticas desportivas formal e informal. Isso é encontrado no Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando a faixa etária escolar. O papel do Ministério do Esporte é de elaborar a Política Nacional de Esporte, visando o “desenvolvimento da nação, ao fortalecimento da identidade cultural, da cidadania, da autodeterminação de seu povo e com vista à defesa da soberania do país” (Brasil, 2005). Teixeira (2002) destaca que políticas públicas são ações que medeiam as

relações entre a sociedade e o poder público; orientando ações que envolvem recursos públicos. Para que o esporte se efetive como política de Estado é necessário que se estabeleça uma ligação entre Ministérios, esferas governamentais, não governamentais e a iniciativa privada, pois a aproximação dessas instituições poderá consolidar o processo visando sua continuidade. Objetiva-se contribuir para futuros estudos na área de administração e gestão em Educação Física e eventos esportivos.

Palavras-chave: Política pública. Jogos Infantis. Educação física.

Sumário

1. Introdução	6
2. Metodologia	10
3. Jundiaí	13
3.1. História	13
3.2. Economia	16
3.3. Formação Social	18
4. Políticas Públicas Esportiva	21
4.1. Esporte, Atividade Física e Educação Física	24
4.2. Sistema Político Nacional de Esporte	25
5. Os Jogos Infantis do Estado de São Paulo	28
5.1. Captação	30
5.2. Planejamento	31
5.3. Preparação	34
5.4. Avaliação	38
6. Análise e discussão	40
7. Considerações Finais	42
Referências bibliográficas	45

1. Introdução

As ponderações com os movimentos corporais procedem desde os tempos antigos. Schimmel (2013) aponta que não seja uma simples casualidade que as primeiras expressões simbólicas humanas sejam da arte rupestre e representem pessoas dançando, jogando e movendo seus corpos, o que, em termos modernos, pode ser caracterizado como o exercício dos músculos, a dança e a prática de esportes. Isso sinaliza que as primeiras expressões do homem estão conectadas aos movimentos do corpo. Os gregos chegaram a constituir sua própria história e identidade associadas aos jogos Olímpicos (776 a.C. – 393 d.C.): as vertentes simbólicas e religiosas dos jogos particularizaram aquela experiência como única por mil anos. Alguns até diriam que ser grego era o mesmo que ser atleta, pois, para o período, o ato esportivo ia além da rivalidade, estava inervada na vida social dos indivíduos.

Funari (2012) sinaliza que nos tempos modernos, jogos e atividades corporais foram alicerces para as novas expressões culturais, sociais e econômicas. Datado do final do século XVIII ao moderno caráter moral burguês, jogos e movimentos corporais adquiriram novos significados. Antes das revoluções burguesas, os jogos compunham a rotina da aristocracia, como meio de resguardar a nobreza. Pessoas comuns tinham suas próprias atividades esportivas, não menos prestigiadas no seu contexto e meio social. A modernidade gerou novos procedimentos e o esporte se tornou o produto de um progresso eminente da secularização da atividade física.

Há um consenso ao dizer que o esporte não pode ser abordado apenas como uma soma de práticas motoras ou pela proficiência com que se preparam os atletas atualmente. Fazem parte desse grandioso fenômeno a preparação e organização de torneios, a logística e as estruturas esportivas, os modelos de gestão e desenvolvimento do esporte, os impactos sociais e educacionais dos pequenos e grandes eventos (Montagner e Proni, 2012). A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos consistem em megaeventos que inspiram as multidões, retêm intenso interesse das mídias e articulam desdobramentos e impactos sociais e urbanos, concebendo lucros (e prejuízos) políticos e econômicos, reivindicando gastos públicos que nem sempre são necessários ou prioritários.

Tenan (2002) interpreta os eventos esportivos como uma oportunidade de integração e paz entre os povos, além de envolver ações da iniciativa privada e pública para que ocorra sua realização. Nos últimos períodos, além de agregar valores às associações e governos que trabalham para executá-la, são alvos de empresas que visam investir nessas promoções buscando firmar sua marca, através da mídia provocada pelos jogos.

A área de políticas públicas, ligada ao esporte e ao lazer, é um campo pouco estudado no meio acadêmico. Embora os artigos relacionados a políticas públicas tenham crescido, quando se refere ao esporte, este ainda procura seu espaço, e isso se evidencia num apontamento feito por Melo (2004).

Quanto a caracterização nacional do esporte, podemos traçar uma linha temporal e demarcando os marcos regulatórios do esporte, temos a criação do CND – Conselho Nacional dos Desportos, durante o governo de Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941. Mais tarde, durante a ditadura militar, de forma mais específica aos currículos escolares da Educação Física foram inseridas no contexto de leis relacionadas à reforma do ensino, Lei 5.540/68 e Lei 5.692/71. Quando, finalmente, em 1993 foi sancionada a Lei 8.672/93, a Lei Zico.

Deve-se constatar que, desde a Lei Zico até hoje, vários foram os passos – tímidos pontualmente, mas sempre buscando o avanço - no que diz respeito aos marcos regulatórios. Através da Lei 9.615/98 e Lei 10.672/03 conhecidas como Lei Pelé e Lei da Moralização do Futebol, respectivamente, regulação administrativo-financeiro. Por meio da Lei 10.264/01, a Agnelo/Pivo e a criação do Programa Bolsa Atleta mediante a Lei 11.438/06, do Incentivo ao Esporte e a Timemania, Lei 11.345/06 concedendo estímulo e/ou apoio e recuperação financeira. Para proteção do torcedor e prevenção da violência, incluímos a Lei 10.671/03, Estatuto do torcedor e a Comissão Nacional de Prevenção da Violência para a Segurança dos Espetáculos Esportivos – Comissão Paz no Esporte, criada pelo Decreto No. 4.690/04.

Assim como Britto & Fontes (2002) afirmam, o evento esportivo não pode ser encarado apenas como um planejamento, uma programação, uma execução ou acompanhamento de uma sequência de atividades voltadas para um público específico e ocorridas em um local apropriado; ele deve ser encarado como uma atividade social e econômica, gerando uma série de benefícios tanto para os

empreendedores, para a cidade que promove o evento, o comércio local, restaurantes, hotéis e, principalmente, a comunidade.

Portanto, este trabalho objetivou identificar, descrever e analisar os aspectos dos serviços públicos relacionados ao esporte e lazer, as características da população a qual se destinam e discutir as políticas públicas relacionadas com os 1º jogos infantis do estado de São Paulo, de acordo com a legislação municipal e brasileira. É uma pesquisa em que o instrumento para a coleta de dados é o levantamento de informações de variadas fontes, a análise de documentos, visitas aos locais onde os serviços públicos são oferecidos e análise das entrevistas realizadas pela imprensa com o secretário de esporte e lazer municipal e/ou outros representantes necessários.

Este estudo visa contribuir com a produção de conhecimentos acadêmicos para políticas públicas ligadas a gestão pública esportiva. Assim como, contribuir com informações propositivas e sugestões que considerem todo o espectro de atividades já fornecidas e levar à sociedade o interesse pela busca de seus direitos de modo a contribuir de forma participativa com o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das ações públicas de esporte e lazer.

Desta forma, o presente trabalho tem por finalidade a reflexão e análise dos aspectos positivos e negativos nas diversas manifestações (sociais, educacionais, políticas e econômicas) do 1º Jogos Infantis do Estado de São Paulo ocorrido na cidade de Jundiaí – SP no ano de 2018. Fomentando na Secretaria de Esportes de São Paulo ações que visem maximizar as manifestações nas próximas organizações de eventos esportivos.

Jundiaí é uma cidade do interior do Estado de São Paulo, sendo essa a quarta cidade do Estado e a décima quinta do País em IDHM. Com sua origem no Século XVII, Jundiaí se destacou no século XX pela sua industrialização, que perdura até hoje. Ainda, destaca-se, atualmente, no desenvolvimento das áreas cultural, educacional, tecnológica e ambiental. A indústria do lazer também aquece a economia da cidade.

Esta pesquisa tem como benefícios o aprofundamento do conhecimento histórico sobre o desenvolvimento do esporte nessa Cidade, que tem como destaque o clube de futebol Paulista Futebol Clube, campeão da Copa do Brasil em

2005, tornando-se conhecido em todo o território nacional. É motivação para uma maior identidade cultural dos munícipes com sua Cidade.

2. Metodologia

Este projeto se caracteriza como uma pesquisa descritiva, que segundo Barros e Lehfeld (2007), a pesquisa descritiva se caracteriza pelo estudo e registro dos fatos e pela análise e interpretação dos mesmos. Esta etapa da coleta de dados acontecerá por meio da busca e análise documental dos projetos relacionados ao evento ocorrido e da legislação brasileira. Os documentos pertinentes serão disponibilizados junto a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Jundiaí e/ou através de demais fontes e instituições necessárias. A pesquisa prevê a consultar dados do IBGE referente aos dados demográficos de Jundiaí-SP. Como lembrado por Chizzotti (2001), para esta etapa podem ser necessárias negociações prévias para se ter acesso aos dados permitidos pelos dirigentes municipais ou que haja cooperação dos informantes. O pesquisador deverá descobrir os processos, os métodos, a frequência, a estrutura, e principalmente como os serviços de esporte e lazer funcionam.

A investigação científica deve ser pautada no levantamento de dados, primariamente. Para tal é necessário, como ponto de partida, a realização de uma pesquisa bibliográfica. No segundo momento, a observação dos fatos ou fenômenos se faz necessária para obter-se maiores informações e, no terceiro momento, o objetivo do pesquisador é reunir informações ou coletar dados que não podem ser obtidos através da observação e pesquisa bibliográfica. Desta forma, a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas por pesquisadores para coleta de dados neste terceiro momento.

Interpretado por Salvador (1980) apud Ribeiro (2008), nos últimos anos, a entrevista tornou-se um instrumento importantíssimo, e com maior profundidade, que pesquisadores das áreas humanas recorrem sempre que há necessidade do levantamento de dados não encontrados em registros e fontes documentais, porém, que podem ser obtidos através de determinadas pessoas.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo. ROSA; ARNOLDI (2006) p17.

Ribeiro (2008 p.141) elucida a entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

Potencialmente, a entrevista pode desempenhar um papel determinante para pesquisa científica quando combinada aos outros métodos de coletas de dados, intuições e percepções provindas dela, auxiliando na melhoria da qualidade de um levantamento e interpretação. Para Bauer e Gaskell (2000), a compreensão em profundidade fornecida pela entrevista qualitativa oferece informação contextual valiosa para elucidação de achados específicos da investigação científica.

Ainda, a entrevista possibilita a obtenção de maior número de respostas, uma vez que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado; oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista; possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas.

Embora sejam poucas as entrevistas a serem realizadas, será seguida a Resolução do Conselho Nacional de Saúde, a qual rege as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Essas entrevistas serão registradas em arquivo digital de áudio gravado pelo respectivo aplicativo do aparelho celular do aluno modelo Xiaomi Redmi 6 com sistema operacional Android e, em caso de inefetividade do mesmo – nunca ocorrida – ou caso o participante não queira o registro da entrevista por essa forma, a critério do entrevistado será remarcada a entrevista ou anotada no bloco de registro escrito/anotações de entrevistas (ALBERTI, 2013).

Em primeiro lugar, considera que a rememoração histórica desencadeada pela entrevista pode criar estresse para o entrevistado, podendo-lhe gerar “constrangimentos, desconfortos, timidez, sentimento de medo e/ou exposição (ao responder entrevistas)” (UNESP, 2018, p. 6; 2019, p. 6).

Por segundo, esses riscos demandam procedimentos de minimização dos mesmos por parte do(s) pesquisador(es); os quais são procedimentos como:

a) agendar previamente a coleta de dados; b) buscar um local privado e sem interferência de terceiros para a realização da coleta; c) permitir que o participante tenha acesso ao material, às perguntas antes da gravação da entrevista, caso seja de sua vontade; d) esclarecer possíveis dúvidas do participante sobre sua participação e uso de suas respostas/opiniões/considerações, para fins de pesquisa; e) remarcar a coleta, caso solicitado pelo participante; f) aceitar a solicitação de interrupção da gravação do procedimento em áudio ou imagem, pelo participante ou providenciar tal interrupção, caso observe alterações de humor ou saúde que coloquem o participante em risco durante a coleta de dados. g) prever diferentes formas de registro dos dados, caso o participante tenha restrições à captura de áudio e vídeo de sua participação, como, por exemplo, realizar a coleta de dados apenas em registro escrito/anotações. (UNESP, 2018, p. 6; 2019, p. 6)

Além disso, cabe destacar que são direitos do participante de pesquisas com questionários/entrevistas:

a) interrompê-las ou deixar de responder questões que possam causar constrangimentos e/ou desconfortos, ou que o participante não queira emitir juízos; b) não aceitar a forma de captura dos dados proposta pelo pesquisador ; c) solicitar que sejam retirados os seus dados da pesquisa, sem penalização alguma, mesmo após a coleta dos dados; d) obter plenos esclarecimentos sobre qualquer aspecto da pesquisa, em qualquer fase; e) exigir sigilo que assegure a privacidade dos participantes, quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e solicitar o uso de pseudônimos, quando for o caso; f) ter a garantia de que o uso dos dados ser apenas para fins acadêmico-científicos de consecução da pesquisa proposta e estabelecida nos termos. (UNESP, 2018, p. 7-8; 2019, p. 8)

Para complementar o estudo, serão aproveitadas entrevistas já publicadas pelos órgãos municipais de imprensa feitas com autoridades e cidadãos de Jundiaí, pois entrevista é uma técnica importante para a coleta de dados, sendo analisadas entrevistas feitas com o Secretário Municipal de Esporte e Lazer e/ou representantes e figuras pertinentes ao estudo. É importante seguir à risca os procedimentos de uma pesquisa de campo, registrar e analisar os dados com muito rigor, para que dessa forma, os relatórios finais sejam qualificados (SEVERINO, 2007).

3. Jundiaí

a) História

Com termo oriundo do Tupi, Jundiaí ou “jundiá” significa “rio” ou “alagadiços de muita folhagem e galhos secos”. Habitada por indígenas até o final do século XVII cuja características estavam ligadas à produção de milho e mandioca, tiveram sua cultura incorporadas por colonizadores em 1615, principalmente as técnicas de queimada das lavouras e construção.

Ligado diretamente ao movimento bandeirante, principal responsável pela ocupação da antes capitania de São Vicente, os colonizadores afugentaram os grupos indígenas que estiveram como alternativa embrenharem na mata. Inicialmente nomeada como Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, anos mais tarde foi elevada ao status de Vila.

Motivos amorosos fundamentam os primeiros colonizadores do local; através da tradição oral a versão de crime amoroso cometido por Rafael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes embasam controvérsias quanto a história dos primeiros brancos à região (GATTOLINE, 1998; CAPANHOLE, SANTOS E GICOVATE, 1994). Como Descreve Egas (1925):

“Jundiaí teve origem pelos anos de 1615, por imigração que para aí fizeram Rafael de Oliveira e a viúva Petronilha Rodrigues Antunes, naturais de São Paulo, os quais, tendo ficado criminosos, para fugirem à perseguição da Justiça, internaram-se com suas respectivas famílias pelos sertões, assentando vivenda no lugar onde a cidade e edificando logo depois uma capela sob a invocação de N. S. do Desterro.” (EGAS, 1925, p. 1013).

Para Pontes (1970), fundadores ergueram em 1617 a capela intitulada de Nossa Senhora do Desterro. Independentemente às divergências dos historiadores sobre a data da fundação de Jundiaí, há uma unanimidade quanto à data em que a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro foi elevada à categoria de Vila (14 de dezembro de 1655).

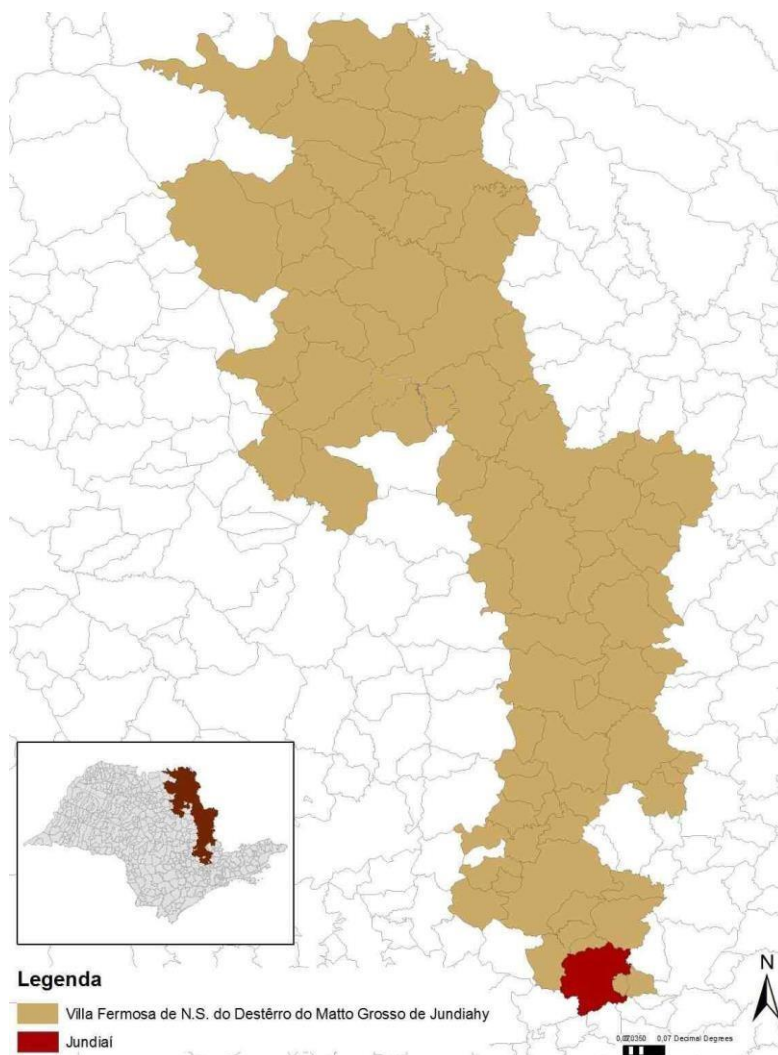
“Jundiahy foi elevada a Vila em 14 de dezembro de 1655, depois de um curto período de existência como freguezia de São Paulo. Era então locotenente donatário d. Alvaro Pires de Castro, o novo Conde de Monsanto, cujo direito à Capitania de São Vicente era contestada pelos parentes, o capitão Manoel Coraça de Mesquita que tinha como ouvidor geral Manoel de Cabedo Vasconcelos (tido indevidamente como Quevedo de Vasconcelos). O fato deve-se a

uma delegação dos maiores, de que não participaram os dois fundadores do povoamento — Manoel Preto Jorge e Francisco Gaia — que andavam pelo sertão. O argumento apresentado para elevação de Jundiá a Vila é que os maiores da época se sentiam vexados para prestar os serviços públicos obrigatórios devido à distância e a ruindade dos caminhos.” (STAFUZZA, 1974, p. 52).

Tal levantamento histórico é fundamental, ao que se pode elencar pela vastidão territorial da Vila de Jundiá, que, em termos biológicos, considera-se como célula-mãe inúmeras cidades do interior paulista. Elenca-se ainda que, do final do século XVIII o final do século XIX, o chamado Mato Grosso de Jundiáhy teve seu território reduzido (GATTOLINI, 1998), por causa da formação de importantes economias, tais como a de Campinas (BAENINGER, 1996).

Izaías (2012) elaborou o mapa sobre a jurisdição da então Villa Ferosa de N. S. do Destêro do Mato Grosso de Jundiáhy (e posteriormente cidade de Jundiáhy) entre os anos de 1615 e 1767:

Figura 1 - Mapa da Cidade de Jundiá de 1615 a 1767



O Quadro 1 apresenta as modificações territoriais a partir do Município de Jundiá a partir do momento de sua elevação ao status de Vila.

Desmembramentos Municipais
Município: Provisão de 14-12-1655 ou 1665, do Conde de Monsanto, donatário da Capitania de São Vicente.
Distritos
1655 a 1739 - Jundiá (ex-Nossa Senhora do Desterro de Jundiá)
1740 a 1750 - Jundiá e Mogi Guaçu (1)
1751 a 1768 - Jundiá, Mogi Guaçu e Mogi Mirim (2)
1769 a 1773 - Jundiá
1774 a 1797 - Jundiá e Campinas (3)
1798 a 1830 - Jundiá
1831 a 1856 - Jundiá e Itatiba (4)
1857 a 1908 - Jundiá
1909 a 1948 - Jundiá e Rocinha (5)
1949 a 1953 - Jundiá
1954 a 1958 - Jundiá, Campo Limpo (6), Itupeva (7) e Secundino Veiga (8)
1959 a 1964 - Jundiá (9), Campo Limpo, Itupeva e Varzea Paulista (ex- Secundino Veiga)
1964 a 2000 – Jundiá
Histórico da formação, incorporação e desmembramento dos distritos de:
(1) Mogi Guaçu - Freguesia: 1740 (?) Ignora-se a data. Antiga povoação à margem direita do rio Mogi Guaçu. Desmembramento: 1769, transferida para o Município de Mogi Mirim.
(2) Mogi Mirim (antiga povoação com o nome de Mogi dos Campos) Freguesia: Provisão de 1-11-1751, com o nome de São José de Mogi Mirim. Desmembramento: Por Ordem Régia de 11-10-1769, elevada à município.
(3) Campinas - Freguesia: Portaria de 27-5-1774, antiga capela de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. Desmembramento: Portaria de 4-11-1797, elevada à município.
(4) Itatiba - Freguesia: Decreto de 9-12-1830, antiga capela de Nossa Senhora do Belém de Jundiá. Desmembramento: Lei 2 de 20-2-1857, elevada à município.
(5) Rocinha - Distrito: Lei 1138 de 31-10-1908, na estação de Rocinha. Desmembramento: Lei 233 de 24-12-1948, passou a formar o novo Município de Vinhedo.
(6) Campo Limpo - Distrito: Lei 2456 de 30-12-1953, no povoamento de igual nome e território desmembrado do distrito de Jundiá. Desmembramento: Lei 8092 de 28-2-1964, elevado à município.
(7) Itupeva - Distrito: Lei 2456 de 30-12-1953, no povoado de igual nome e com território desmembrado do distrito de Jundiá. Desmembramento: Lei 8092 de 28-2-1964, elevado à município.
(8) Secundino Veiga - (atual Várzea Paulista). Distrito: Lei 2456 de 30-12-1953, no povoado de Várzea e território do distrito de Jundiá. A Lei 5285 de 18-2-1959 mudou-lhe o nome para Várzea Paulista. Desmembramento: Lei 8092 de 28-2-1964, elevado à município.
(9) Jundiá - Pela Lei 2456 de 30-12-1953, perdeu terras para a criação dos distritos de Campo Limpo, Itupeva e Secundino Veiga. (hoje Várzea Paulista).

Fonte: Fundação Seade -Memória das Estatísticas Demográficas – Histórico.

Desta forma, evidencia-se que Jundiá houve uma representação inicial no povoamento da parte central e norte do Estado de São Paulo, local que no século XIX se estenderia a primeira grande expansão cafeeira, originando o complexo econômico cafeeiro (Gonçalves 1998).

Assim, a formação inicial do Mato Grosso de Jundiá e a então vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá, correlaciona-se com a expansão populacional e econômica da antiga capitania de São Vicente. Cristina (2012) comenta essa

influência “A constituição de Jundiaí e seus desmembramentos refletiram a ocupação populacional e a sua importância na formação social paulista.”.

b) Economia

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e início do XIX, a economia da cidade se limitou a pequenas lavouras de subsistência, que abasteciam moradores da vila, tropeiros e bandeirantes (SOUZA, 1970; SAINT HILAIRE, 1976; MAZZUIA, 1979; MAKINO, 1981; LUNA E KLEIN, 2005).

Segundo Sousa (1995), a agricultura e o povoamento de Jundiaí tiveram um lento progresso inicialmente. No princípio, a região era formada por várias sesmarias que compunham a Capitania de São Vicente, local elencado como início de muitas entradas e bandeiras. Por um período vasto (até o século XVIII), a mão de obra era formada pela escravidão indígena, embora proibida por lei.

Luna e Klein (2005) discutem:

“Inicialmente, Jundiaí era uma localidade pobre, com unidades agrícolas pequenas movidas pelo trabalho familiar e alguns escravos. Mas o aumento constante nas culturas de gêneros alimentícios, em especial o milho, e o início de uma moderna economia açucareira no último quartel do século XVIII geraram profundas mudanças estruturais, como se vê no aumento do tamanho das unidades agrícolas e da população escrava residente. Foi essa expansão que levou ao desmembramento da vila em 1797, quando uma grande parte das terras açucareiras e da população de Jundiaí serviram de base para a criação da vila de Campinas.” (LUNA E KLEIN, 2005, p. 70).

Também Sousa (1955), nos esclarece ricamente sobre as atividades comerciais e a posição econômica que a cana-de-açúcar ocupava na primeira metade do século XIX na região de Jundiaí:

“O advento do século XIX encontra a paisagem rural de Jundiaí forrada de canaviais, roças de arroz, de feijão, de milho e de trigo, os campos povoados de gado e equídeos, nos quintais a fartura de porcos e galinham (...). Flagrante autorizado desse quadro de fartura campesina, dá-nos, em tintas sugestivas, Luiz D'Alincourt em sua "Memória". Visitando Jundiaí em 6 de setembro de 1818, assim se exprime o solerte engenheiro lusitano: "é esta vila pouco povoada, porque grande número de seus moradores se aplica á cultura das terras; principalmente no tempo das roçadas para plantações: e outros saem por camaradas e arrieiros das diversas tropas, que ali arranjam do preciso para dali seguirem jornada, e em que se empregam, todos os anos, de oitenta a mil bestas, o que forma um mui útil ramo de negocio destes habitantes. O açúcar, a aguardente,

o toucinho, são os principais gêneros de exportação. Colhe-se milho em quantidades, arroz, legumes de várias qualidades e especialmente feijão, fazem farinha de mandioca, plantam algum trigo e criam gado vacum e cavalar. Há no termo perto de quarenta engenhos, entrando neste número os de aguardente, situados pela maior parte na serra do Japi, cinco léguas distante, que corre do Noroeste ao Sudoeste e fica ao Sudeste da Vila: é o melhor local de todo o termo para produzir cana." (SOUSA, 1955, p. 17 e 18)

Em 1870, em terras jundiaenses, o panorama da cultura do café era diferente:

*"Descrevendo o que era Jundiaí por volta de 1.870, Azevedo Marques ressalta a produção local de café, cana, cereais e algodão, "sendo este último de reconhecida superioridade ao de muitos outros lagares da Província". Vemos que, decorridos cinquenta anos, contados das visitas de Casal, Spix e Martius, D'Alincourt e Saint Hilaire até as notícias de Azevedo Marques, o que sucedeu á agricultura jundiaense foi o desaparecimento do seu comércio de mula e o **repontar do café e do algodão** (grifo nosso), como importantes elementos do amanho de suas terras. A vinha continuava a inexistir." (SOUSA, 1955, p. 26)*

Davidovich (1966) relata a economia jundiaense até a construção das ferrovias para o escoamento da produção do café:

"Nos primórdios a lavoura açucareira, irradiada de Itu para a região onde Campinas começava a despontar, ainda era em Jundiaí que se concentrava a maioria dos engenhos, absorvendo grande parte da produção canavieira de Campinas e arredores e até de Itu. Situada na orla de uma região que se firmava como área de agricultura de exportação, Jundiaí permaneceu como elo entre a zona produtora e a zona exportadora. É esta posição que a mantém durante o século XIX, quando o café substituiu a cana e Campinas passou a desempenhar a principal função urbana da região, marcando a decadência de Jundiaí como centro regional. Mesmo sofrendo a concorrência de Campinas, e sendo depois por ela ultrapassada, Jundiaí firmou-se como ponto importante de comunicações, graças às particularidades de sua posição e ao desenvolvimento econômico da região da capital (Grifo nosso). Constituiu-se assim em local de eleição dos primeiros traçados ferroviários da região como porta de entrada para o interior paulista, Jundiaí tornou-se ponta de trilhos da São Paulo Railway, cuja instalação veio atender ao escoamento de maiores toneladas de produção cafeeira." (DAVIDOVICH, 1966, p. 39-40).

Desta forma, em 1874, inaugura-se a primeira indústria de Jundiaí pertencendo ao ramo têxtil, instalada no bairro denominado atualmente de Vila Arens. Local este que se tornaria o primeiro bairro operário da história do município.

c) Formação Social

Thomas H. Holloway (Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934):

“Os fazendeiros paulistas necessitavam resolver o problema da mão-de-obra para o trabalho. A solução foi encontrada na imigração em massa, subsidiada pelo Estado, a partir de 1886. Dois anos depois a escravidão chegou ao fim e uma corrente de estrangeiros, aos milhares, aportou nas fazendas paulistas, ocupando as colônias recém criadas. Solucionado o problema, houve uma verdadeira corrida na plantação de novos cafezais, aproveitando a euforia dos preços pagos pelo café, até 1897. Nos dez anos posteriores ao início da grande imigração, em 1886, foram plantados 306 milhões de pés de café, quantia superior a que existia em produção no Estado. Mais 159 milhões foram plantados no ano de 1897. O número de arbustos em produção pulou de 211 milhões, em 1888, para 526 milhões, no primeiro ano do novo século, e 685 milhões, no ano seguinte.” (HOLLOWAY, 194, p. 80 e 81).

Solucionado o problema de falta de mão-de-obra, houve uma crescente evolução das novas plantações de café e o conseqüente aumento de número de arbustos em produção. Jundiaí recebe sua primeira leva de imigrantes exatamente no início da grande imigração, leva esta composta em sua maioria por italianos. Responsável também pela introdução da uva, produto que atrai milhares de turistas até a cidade para sua tradicional “Festa da Uva”.

Cipolatto (1967, p. 83) menciona a integração entre a cultura italiana a partir de 1887 e os jundiaenses, no Núcleo Colonial Barão de Jundiaí.

“Eram mantidos os costumes, a religião e o mesmo espírito alegre e de luta da Itália distante, falava-se o vêneto, até com as crianças, comia-se o gostoso frango com polenta, mas sempre existiu entrelaçamento com os jundiaenses, estreita camaradagem com as demais raças aqui existentes, também a cooperar no progresso de Jundiaí.” (CIPOLATTO, 1967, p. 83).

Pereira (2006) relate que com a chegada dos italianos, a urbanização da cidade também recebeu a influência da arquitetura italiana, pois as famílias ao construir suas casas empregavam técnicas e desenhos do seu país de origem, mantendo as características estéticas e a divisão dos cômodos o mais próximo possível da sua cultura. Ainda, também trouxeram de formas mais intensa a utilização de tijolos na construção da casa.

Seguindo os padrões, a cidade, ao se constituir, teve como primeira marca o Largo do Pelourinho, onde mais tarde foi edificada a Igreja Nossa Senhora do

Rosário (Figura 2), tradicional ponto de encontro religioso da comunidade negra. Constatada sua construção na ata da Câmara local do século XVIII. Naquela época, a cidade possuía quatro ruas centrais e paralela, chamadas de Rua Direita (hoje, Barão de Jundiáí), Rua dos Antunes (Rua do Rosário), Rua Nova (Senador Fonseca) e Rua Boa Vista (Zacarias de Góes). (SUBCOMISSÃO DO MARCO HISTÓRICO, 1955, p. 36; STAFUZZA 1974, p. 62; GATTOLINE, 1998, p.23).

Sobre os serviços urbanos, mesmo que de forma rudimentar, o sistema de abastecimento de águas era feito por meio de bicas, conforme descrito no Histórico da Cidade de Jundiáí. Ao analisar as Atas da Câmara, observa-se pedidos de melhora desde 1870, que só foi atendido em 1901. Como resultado do empreendimento, observou-se uma melhora na saúde da população e, também um aumento nas atividades industriais (GATTOLINI 2008, p. 52-53).

Figura 2 - Igreja Nossa Senhora do Rosário, Jundiáí, 1922.



Fonte: Fotos retiradas de calendário publicado pela Olivato Indústrias Gráficas Ltda. Disponível em: <http://www.sebodoze.com.br/foto11.html>

As influências e produções passadas garantiram a Jundiáí a estabilidade econômica e política, demonstradas em sua importância ante a União sendo:

- 7º colocada no ranking Estadual do PIB e a 18º no ranking Nacional;

- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 98,2%, ocupando a 286º colocação no ranking Estadual e 1768º no ranking Nacional.
- Salário médio mensal de 3,4 salários mínimos, ranqueada como a 26º no Estado e 78º no País;
- A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 10.55 para 1.000 nascidos vivos. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 292 de 645. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3004 de 5570.

4. Políticas Públicas Esportivas

As ponderações com os movimentos corporais procedem desde os tempos antigos. Schimmel (2013) aponta que não seja uma simples casualidade que as primeiras expressões simbólicas humanas sejam da arte rupestre e representem pessoas dançando, jogando e movendo seus corpos, o que, em termos modernos, pode ser caracterizado como o exercício dos músculos, a dança e a prática de esportes. Isso sinaliza que as primeiras expressões do homem estão conectadas aos movimentos do corpo. Os gregos chegaram a constituir sua própria história e identidade associadas aos jogos Olímpicos (776 a.C. – 393 d.C.): as vertentes simbólicas e religiosas dos jogos particularizaram aquela experiência como única por mil anos. Alguns até diriam que ser grego era o mesmo que ser atleta, pois, para o período, o ato esportivo ia além da rivalidade, estava inervada na vida social dos indivíduos.

Funari (2012) sinaliza que nos tempos modernos, jogos e atividades corporais foram alicerces para novas expressões culturais, sociais e econômicas. Datado do final do século XVIII ao moderno caráter moral burguês, jogos e movimentos corporais adquiriram novos significados. Antes das revoluções burguesas, os jogos compunham a rotina da aristocracia, como meio de resguardar a nobreza. Pessoas comuns tinham suas próprias atividades esportivas, não menos prestigiadas no seu contexto e meio social. A modernidade gerou novos procedimentos e o esporte se tornou o produto de um progresso eminente da secularização da atividade física.

Há um consenso ao dizer que o esporte não pode ser abordado apenas como uma soma de práticas motoras ou pela proficiência com que se preparam os atletas atualmente. Fazem parte desse grandioso fenômeno a preparação e organização de torneios, a logística e as estruturas esportivas, os modelos de gestão e desenvolvimento do esporte, os impactos sociais e educacionais dos pequenos e grandes eventos (Montagner e Proni, 2012). A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos consistem em megaeventos que inspiram as multidões, retêm intenso interesse das mídias e articulam desdobramentos e impactos sociais e urbanos, concebendo lucros (e prejuízos) políticos e econômicos, reivindicando gastos públicos que nem sempre são necessários ou prioritários.

Tomando proporção significativa no cenário mundial através dos grandes eventos esportivos, como Jogos Olímpicos, Copa do Mundo, campeonatos nacionais

e internacionais, que apreendem milhões de espectadores pelo globo. Um ótimo expositor para diversas finalidades e propagador de ideologias, instigando nos Estados seu constante envolvimento e regulação, promoção e exploração dos diversos dividendos do setor.

O esporte caracteriza-se como um fenômeno social circundado por uma diversidade de relações humanas, econômicas e políticas influenciadas pelo século e modernidade que o acolhe. A formação do homem e da vida em sociedade, difusor da socialização e transmissão de valores, recurso de educação e fonte de saúde, são atributos característicos do fenômeno esportivo. (LINHALES, 1996)

Entre as ditaduras brasileiras, décadas de 1930 e 1980, o Estado apropriou-se do esporte como meio de integração nacional, educação cívica, manutenção da saúde e melhoria de qualidade de vida e também como propaganda político-ideológico e na exaltação da cultura nacional, este em uma relação de dependência com o governo, principalmente quando o objetivo é angariar recursos financeiros. (MANEZENCO E SALLES, 2008)

Desta forma, a política pública de esporte esteve ligada a uma necessidade de atender aos interesses políticos-ideológicos dos governos de estrutura político-administrativa e da ideia de esporte para a formação do caráter e do biofísico do indivíduo.

No segundo quadro temporal, 1988 aos dias atuais, a política pública de esporte caracteriza-se como direito e democrático, resultando em uma nova concepção de esporte e políticas esportivas, em um novo meio de conceber o esporte, e na reformulação da político-administrativa do esporte.

Na Constituição de 1988 o Estado Brasileiro passa a ter o dever de assegurar à população o acesso ao esporte e lazer: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um {...}” (BRASIL, 1988). Nesse momento, o Esporte passa a ter caráter social, com uma progressiva evolução organizacional da política esportiva.

Fernando Collor de Melo, o então presidente da República, em 1990, nomeia Arthur Antunes Coimbra (Zico) para a recém-criada Secretaria dos Desportos da Presidência da República, que articulando-se com outros setores governamentais

responsáveis pelo esporte regulamentaram em 1993 a Lei nº 8.672 (Lei Zico), que estabeleceu os princípios e conceitos do Esporte Brasileiro.

Mais tarde, em 1995, FHC cria o Ministério Extraordinário do Esporte e nomeia Edson Arantes do Nascimento (Pelé) como ministro, que regulamento a Lei Pelé (Lei nº9.615), em 1998, que estabelece algumas mudanças precisas em relação à legislação de 1993.

Apenas em 2003, Luís Inácio Lula da Silva cria o Ministério do Esporte com a função de administrar políticas para o esporte frente ao aumento da demanda esportiva. Configura-se, então, um novo quadro para política esportiva, que pela primeira vez na história da política brasileira uma pasta ministerial é destinada exclusivamente ao esporte.

A área de políticas públicas, ligada ao esporte e ao lazer, é um campo pouco estudado no meio acadêmico. Embora os artigos relacionados a políticas públicas tenham crescido, quando se refere ao esporte, este ainda procura seu espaço, e isso se evidencia num apontamento feito por Melo (2004).

“O número de trabalhos publicados ligados a política pública tem sido bastante significativo, o que para nós não se justifica em um evento científico dedicado a discutir aspectos históricos. A não ser que o estudo seja dedicado a uma análise histórica de políticas públicas [...] Sem dúvida, os estudiosos de política pública em Esporte, Educação Física e Lazer ainda não tem um espaço específico para suas discussões.” (MELO V. A., 2004, p. 48).

Destaca-se Luciano Bueno e Luiz Fenando Camargo Venorez, com importantes contribuições através de suas teses de doutorado destinadas a análise da política pública de esporte posteriori à constituição de 1998. São elas, respectivamente: *“Políticas Públicas de Esporte no Brasil: Razões para o predomínio do alto rendimento”*, de 2008, e *“Quando o Estado Joga a Favor do Privado: As políticas de esporte após a constituição federal de 1988”*, de 2005.

Através de seus estudos, ambos elencaram no processo evolutivo da política pública de esporte no país que o Estado pouco contribuiu para a normatização do esporte como direito social. Pois há uma dominação social, força e influência dos grupos políticos associados ao esporte de alto rendimento, principalmente voltado ao futebol, na estruturação da agenda esportiva governamental e a crescente injeção financeira de recursos públicos para divisão do esporte rendimento em detrimento das áreas de esporte educacional e esporte lazer.

Contudo, a Constituição da República de 1988, em seu artigo 217, institui que o dever de proporcionar atividades desportivas, assim como de lazer, é dever do Estado. Institui, também, como prioridade o esporte educacional. A importância dada ao esporte no âmbito educacional orienta para a compreensão da prática desportiva como parte da formação da criança e do adolescente.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

4.1. Esporte, Atividade Física e Educação Física

Em função deste estudo objetivar a análise organizacional do 1º Jogos Infantis é válido explanar o conceito de esporte e desvinculá-lo dos significados de atividade física e educação física, mesmo entendendo que os conceitos se interligam e completam-se. Entretanto, não são objetos de estudo desta presente pesquisa, que propõe o entendimento do incentivo público ao desporto educacional.

Atividades físicas são caracterizados como modos formais e não formais de expressão corporal que procuram desenvolver as capacidades: flexibilidade, agilidade, força muscular e capacidade aeróbica. Podendo enquadrar atividades esportivas, recreativas ou culturais (Bueno, 2008).

Para muitos, o esporte é interpretado por um agrupado específico de expressões corporais, institucionalizadas praticadas individualmente ou em grupo, finalizando com a busca do lúdico, do prazer, da competição e do físico ou não.

Não obstante, Bracht (1997) defende que a definição de esporte é complexa e delicado, porque envolve desde o lúdico, através de uma atividade de descontração para os indivíduos, até uma atividade remunerada, sendo por atleta profissional de uma associação esportiva. Além do que, muitas modalidades esportivas não necessariamente relacionadas com esforços e proezas físicas, exemplos, cartas e xadrez.

Desta maneira, para Bracht (1997), a conceituação de esporte é dada da seguinte forma: emaranhado de atividades físicas vigorosas e normatizadas por indivíduos, na busca pelo lúdico, prazer, condicionamento físico e competição, motivada por aspectos intrínsecos e extrínsecos. Envolvendo regras padronizadas definindo procedimentos guia e restrições, aplicadas e formuladas por entidades oficiais.

Por último, a Educação Física é um componente curricular e ramo científico. Hoje, sua definição margeia a educação pelo físico. Ou seja, consiste de uma ciência motora baseada em conhecimentos sistematizados e empregados para entender e educar os movimentos do corpo, individualmente e coletiva, discutindo seus significados e efeitos no social, físico, psicológico e cultural (Bueno, 2008).

4.2. Sistema Político Nacional de Esporte

O sistema esportivo baseia-se em um ciclo, onde os seus componentes relacionam-se entre si e entorno do próprio sistema. Sendo estes componentes: federações, clubes, agremiações, esportistas, espaços e suas instalações, público, instituições sociais e meios de comunicação.

As federações são entidades especificamente esportivas, dotados de um sistema e estrutura que intermedeia uma série de relações, que são essências para entender e evoluir a dinâmica do sistema esportivo: estatutos, regulamentos, órgãos de controle (federações municipais, regionais, estatais e governamentais). As federações assumem o papel normativo e regulador das competições que organizam.

Os que praticam a atividade esportiva em suas diversas manifestações, são chamados de esportistas. Por exemplo, federados ou não, associados ou não a um clube, integrando um grupo de praticantes que cresce cada vez mais, destacando o seu sistema comunicativo universal que caracteriza atitudes e configuram um conjunto de princípios sociais comuns.

Assim como um organismo vivo, o sistema esportivo também possui a unidade funcional básica, os clubes e agremiações. Estes viabilizam a prática esportiva e discussões sobre a prática e atuação das lideranças locais e políticas em prol do esporte. Sob uma outra perspectiva, a configuração como entidade de singularidades dos clubes os distancia das organizações públicas e empresas privadas.

Desta forma, todas as vertentes corroboram para tornar o esporte um evento interativo e a sua compreensão possibilitando um amplo conhecimento do esporte.

Com a Constituição de 1988, obteve-se uma profunda alteração no significado de esporte no país; atribuindo-o manifestações educacional/lazer/alto rendimento, responsabilizando os poderes públicos em designar recursos específicos para desporto educacional e, determinados casos, ao alto rendimento. Ainda, reconhecendo o esporte com lazer através da promoção social, fomentando a necessidade de formulação de políticas públicas.

Para um melhor entendimento, é apresentado, abaixo, um quadro explicativo com as manifestações esportivas e seus princípios:

Quadro 2: Manifestação Esportiva

Esporte					
Formas de exercício do direito ao esporte	Esporte-Educação		Esporte Lazer	Esporte desempenho	
Divisões das formas de Exercício ao esporte	Esporte Educacional	Esporte Escolar	Esporte Lazer	Esporte de Rendimento	Esporte de alto rendimento
Princípios	Participação; Coeducação; Cooperação; Corresponsabilidade Inclusão.	Desenv. Esportivo; Desenv. do Espírito Esportivo.	Participação; Prazer; Desenv. Esportivo.	Desenv. Esportivo Superação	

Fonte: TUBINO 2010, p. 44

Conseqüentemente, com os direitos das leis constitucionais ao esporte, coube ao Estado articular e melhorar a prática esportiva na sociedade. Para isso, à

segmentos estatais foram atribuídos tarefas para o desenvolvimento de uma política nacional de esporte adequada e correta.

5. Os Jogos Infantis do Estado de São Paulo

Levando em consideração a grande gama de ações compreendidas pela administração e a dificuldade das organizações esportivas, podemos concluir que o trabalho administrativo eficiente se soluciona parte dos problemas derivados da formulação das competições, assegurando o alcance de seus objetivos.

A administração e a gestão são atividades especializadas, com ações complexas, que não podem ser descartadas ou ignoradas. Por tanto, deve-se encarar de forma científica, com base em estudos de caso e na aplicação sistemática dos princípios administrativos de tomar decisões.

Desta forma, podemos organizar, integrar e harmonizar cada um dos elementos, que podem ser descritos como:

Planejamento;

Organização;

Coordenação;

Controle;

Captação;

Planejamento;

Preparação;

Execução;

Avaliação.

Evidencia-se que a organização de atividades esportivas, de características recreativas ou competitivas e do esporte profissional não foge a regra do planejamento. Desta forma, classificamos o organizar como sistematizar, para que os objetivos sejam alcançados de forma eficiente e eficaz. Concluimos, então, que nos Jogos Infantis não deve ser trabalhado de uma maneira diferente em sua estrutura de organização.

Com sua primeira edição no ano de 2018, os Jogos Infantis do Estado de São Paulo destinam-se às representações municipais com atletas de idade máxima de 16 anos completos ou a completar-se no ano do evento e idade mínima de 12 anos.

Compreendendo o objetivo do evento e com o apresentado anteriormente, classifica-se como Esporte Escolar, difundindo a prática das várias modalidades esportivas e dando oportunidade aos jovens de desenvolver a melhoria física, tática

e técnica dentro da comunidade, contribuindo para o surgimento de novos valores no panorama desportivo nacional.

As modalidades presentes nos Jogos foram: Atletismo, Basquetebol, Futsal, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Handebol, Natação e Voleibol. Sendo que Atletismo e Natação foram divididos em duas categorias, de acordo com a faixa etária: Categoria A – 11 a 13 anos e Categoria B – 14 a 16 anos. Bem como Ginástica Artística: Categoria A – 08 e 12 anos e Categoria B – 13 e 16 anos. Já na modalidade Ginástica Rítmica: Categoria A - 09 a 11 anos e Categoria B - 12 a 14 anos.

A realização deste evento teve sua sucedeu à duas fases classificatórias, sendo as:

Fase Sub Regional: de 01 de Junho a 12 de Agosto;

Fase Regional: de 17 de Agosto a 23 de Setembro;

Das fases Sub Regionais, o estado de São Paulo está dividida em 67 administrações; quanto a regionais, são 8 grandes divisões administrativas (Anexo 1).

Para que as inscrições fossem confirmadas os atletas e comissão deveriam estar devidamente cadastrados no Sistema Integrado de cadastro do CEL, através da plataforma online do Secretaria de Esporte e Lazer. As relações nominais para fases Sub Regionais e Regionais seguem:

1 -	Atletismo	34 Feminino	34 Masculino	02 Comissão Técnica
2 -	Basquetebol	20 Feminino	20 Masculino	04 Comissão Técnica
3 -	Futsal	20 Feminino	20 Masculino	04 Comissão Técnica
4 -	Ginástica Artística	16 Feminino	16 Masculino	02 Comissão Técnica
5 -	Ginástica Rítmica	16 Feminino	*****	02 Comissão Técnica
6 -	Handebol	20 Feminino	20 Masculino	04 Comissão Técnica
7 -	Natação	22 Feminino	22 Masculino	02 Comissão Técnica
8 -	Voleibol	20 Feminino	20 Masculino	04 Comissão Técnica

Para a fase Final Estadual os Municípios classificados deveriam definir, entre os atletas que constam da relação nominal das fases classificatórias, por modalidade, categoria e sexo, especificado como segue:

1 -	Atletismo	26 Feminino	26 Masculino	01 Comissão Técnica
2 -	Basquetebol	12 Feminino	12 Masculino	04 Comissão Técnica
3 -	Futsal	14 Feminino	14 Masculino	04 Comissão Técnica
4 -	Ginástica Artística	16 Feminino	16 Masculino	02 Comissão Técnica
5 -	Ginástica Rítmica	16 Feminino	*****	02 Comissão Técnica
6 -	Handebol	14 Feminino	14 Masculino	04 Comissão Técnica
7 -	Natação	18 Feminino	18 Masculino	01 Comissão Técnica
8 -	Voleibol	12 Feminino	12 Masculino	04 Comissão Técnica

Para os sistemas de disputa das modalidades coletivas dos Jogos Infantis foram adotados os critérios:

3 (três) fases, classificando-se a primeira colocada para a fase subsequente:

- a) Sub-Regional - Eliminatória Simples;
- b) Regional - Eliminatória Simples;
- c) Final Estadual.

a) **Captação**

Para que sua execução seja necessária que o local tenha uma infraestrutura adequada ao porte do evento. Tendo sido sede dos Jogos Regionais da 8ª Região em 2015, Jundiaí recebeu outro grande evento esportivo de importância estadual, voltado a atletas de até 16 anos e que ocorreu em Outubro de 2018.

Não houve candidatura para os Jogos. Como foi a primeira edição dos Jogos Infantis, a Secretaria de Esporte do Estado, fez o convite à Jundiaí para sediar o Evento e, que foi prontamente aceito pela Unidade de Gestão de Esporte e Lazer, da Prefeitura de Jundiaí.

Realizar Jogos esportivos sempre trazem benefícios para cidade, ter a oportunidade de ser a primeira localidade para execução de um novo evento esportivo de nível estadual traz muitos benefícios à cidade, como: investimento de recursos no comércio local, divulgação e incremento ao turismo, criação de empregos diretos e indiretos, estruturação esportiva, fonte de entretenimento,

qualificação da cidade como referência esportiva e, o principal, o incentivo à prática esportiva.

A cidade de Jundiaí se destaca no âmbito esportivo pela região administrativa de Campinas através do clube de futebol local que alcançou proporções sul-americanas em 2006, ao vencer a Copa do Brasil em 2005 e ter a oportunidade de disputar a Copa Libertadores de 2006.

A realização deste evento, voltado aos promissores atletas do nosso país mostra-se como mais um legado deixado pelo Jogos Pan-Americanos de 2007, Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

Luiz Antônio Trientini, gestor da Unidade de Esporte e Lazer (UGEL) relatou que a Prefeitura de Jundiaí assinou um convênio com o Governo do Estado de São Paulo para cobrir as despesas com alimentação, arbitragem, transporte e aluguel de equipamentos, entre outros gastos, totalizando um repasse de R\$ 650 mil.

Ainda foi relatado que o município fez uma contra partida. Foi oferecida todas as infraestruturas para o evento, desde a manutenção até o apoio médico. As dificuldades foram nas solicitações de orçamentos das necessidades, pois as empresas demoraram a encaminhar os mesmos.

Ao ser indagado sobre o legado do evento, Luiz Trientini esclareceu que o princípio primordial é a formação de atletas: “O esporte é uma ferramenta para a vida ativa e saudável e queremos oferecer este legado para todos” (TRIENTINI, 2018). Reformas nos centros esportivos são consideradas: “A princípio faremos uma vistoria nos locais, a fim de saber quais as necessidades de cada um” (TRIENTINI, 2018).

b) Planejamento

Foram recebidas cerca de 4 mil pessoas, entre atletas e comissão técnica, representando cerca de 170 municípios nas oito modalidades entre coletivas e individuais, para crianças e adolescentes (Sub-16) dos Jogos. Para atender a demanda, foram reservadas as seguintes instalações: os locais de competição disponibilizados estão demonstrados no Quadro 3. Quanto aos alojamentos, destacam-se os locais no Quadro 4.

Modalidade	Locais	Endereços
Atletismo	CECE Dr. Nicolino de Luca (Bolão)	Rua Dr. Rodrigo Soares de Oliveira, s/nº - Anhangabaú - Telefone: (11) 4521-6848
Ginástica Artística	CECE Dr. Nicolino de Luca (Bolão)	Rua Dr. Rodrigo Soares de Oliveira, s/nº - Anhangabaú - Telefone: (11) 4521-6848
Handebol	CECE Mário Milani	Rua José Joaquim dos Santos, 400 - Ivoirucaia - Telefone: (11) 4589-8916
	CECE Dr. Nicolino de Luca (Bolão) Ginásio Anexo	Rua Dr. Rodrigo Soares de Oliveira, s/nº - Anhangabaú - Telefone: (11) 4521-6848
Natação	CECE Dr. Nicolino de Luca (Bolão)	Rua Dr. Rodrigo Soares de Oliveira, s/nº - Anhangabaú - Telefone: (11) 4521-6848
Voleibol	Clube UIRAPURU	Av. Manoel Teixeira Cabral, 777 - Casa Branca - Telefone: (11) 4589-9199
	CECE Francisco Dal Santo	Rua Cica, 1345 - Vila Rami - Telefone: (11) 4587-5303
	CECE Dr. Nicolino de Luca (Bolão)	Rua Dr. Rodrigo Soares de Oliveira, s/nº - Anhangabaú - Telefone: (11) 4521-6848
Futsal	CECE Antonio de Lima	Rua Benedito de Souza Costa, nº 11 - Agapeama - Telefone: (11) 4587-6620
	CECE Dr. Romão de Souza	Rua Luis Benachio, s/nº - Colônia - Telefone: (11) 4533-2171
Basquetebol	SESI CE 14	Av. Antonio Segre, 695 - Vila Municipal - Telefone: (11) 4523-5140
Ginástica Rítmica	CECE Benedito de Lima	Av. Osmundo dos Santos Pelegrini, 1364 - Retiro - Telefone: (11) 4581-7944

Comitê Dirigente	Parque da Uva - CECE Com. Antonio Carbonari Av. Jundiáí, s/nº - Anhangabaú Entrada dos veículos pela Av. Dona Manoela Lacerda de Vergueiro, Portão 1
Comitê Organizador	Telefone: (11) 4521-6837
Arbitragem	EE Bispo Dom Gabriel Paulino Bueno Couto Rua do Retiro, 680 - Tel: (11) 4521-3450 / 4521-6917
DREL Araçatuba	EE Profª Joceny Vilela Curado Rua Mário João Bampa, 305 - Vl. Comercial Tel: (11) 4587-9304
DREL Arararaquara	EE Barão De Jundiáí Rua Jacinto Nalini, 451 - Colônia Tel: (11) 4584-0798 / 4584-1002
DREL Barretos	EE Profº Antenor Soares Gandra Rua Barão de Jundiáí, 53 - Centro Tel: (11) 4521-9283 / 4586-2414
DREL Ribeirão Preto	
DREL Bauru	EE Profª Deolinda Copelli S. Lima Rua Jussara, 140 - Vl. Ruy Barbosa Tel: (11) 4533-0429 / 4533-3538
DREL Campinas	EE Profº Adoniro Ladeira Rua Dr. Benedito de Godói Ferraz, 450 - Vl. Hortolândia Tel: (11) 4581-5224
DREL Franca	EE Profª Ana Pinto Duarte Paes Rua Carlos Gomes, 770 - Ponte São João Tel: (11) 4587-0702
DREL Grande São Paulo	EE Profº Luiz Rivelli Rua Bento Figueiredo, 680, Vl. Marlene Tel: (11) 4582-3466
DREL Marília	EE Cor. Siqueira de Moraes Rua 23 De Maio, 541 - Vianelo Tel: (11) 4521-2930 / 4521-4675
DREL Presidente Prudente	EE Profª Cecília Rolemborg Porto Guelli Rua Tiradentes, 100 - Vl. Rio Branco Tel: (11) 4521-3090
DREL Santos	EE Profº Paulo Mendes Silva Rua Fernando Arens, 830 - Vila São Paulo Tel: (11) 4816-7541
DREL São José do Rio Preto	EE Profª Maria de Lourdes F. Silveira Rua Pedro Nano, 175 - Jd. Pacaembu Tel: (11) 4533-1900 / 4533-5016
DREL São José dos Campos	EE Diógenes Duarte Paes Rua Flávio Queirós Novaes, 280 - Vl. Alvorada Tel: 4581-5251 / 4582-3690
DREL Sorocaba	EE Profª Benedita Arruda Rua Guaporé, 350 - Vl Didi Tel: (11) 4587-0055

c) Preparação

Para que fosse efetivada a participação, todos os atletas e comissão deviam estar devidamente cadastrados nas DREL'S (Delegacia Regional de Esporte e Lazer) e IREL'S (...).

De acordo com o artigo 26 do Regulamento dos 1º Jogos Infantis do Estado de São Paulo, estabelece que a cidade-sede responsabiliza-se pela acomodação dos atletas, desta forma, a Unidades de Gestão de Esporte e Lazer de Jundiaí, preparou 15 escolas estaduais como alojamento das cidades participantes.

Para que as práticas esportivas fossem garantidas, parceiras com o SESI-CAT, Sesc e um colégio particular da cidade foram concretizadas para que, além dos complexos educacionais já reservados para o evento, maximizassem e dinamizassem a disputa entre as delegações.

Segundo o gestor da UGEL, Luiz Trientini, não apenas o aspecto esportivo será destacado, a UGEL em parceria com as demais plataformas governamentais, estruturou no Parque da Uva palestras educativas, uma estrutura completa de serviços fundamentais às delegações e entretenimento com apresentações culturais.

Maurício Marques, responsável pelos Jogos pela Secretaria de Estado, Lazer e Juventude, mostrou-se contente ao ver a estrutura montada pela cidade:

“Tudo o que está sendo feito pela cidade para recepcionar e atender a todos é com excelência. Um exemplo que chega a emocionar os que já estão com muitos anos no esporte. É um resgate dos valores esportivos”.

Para que o máximo de qualidade fosse proporcionado a todos, o comitê organizador foi composto por mais de 120 pessoas entre servidores públicos, terceirizados e voluntários que se desdobraram fazer deixar um legado ainda maior, a perpetuação dos Jogos Infantis. Subdivididos em 16 comissões, os responsáveis proporcionaram experiências ímpares todos os participantes.

A divisão do Comitê Organizador deu-se da seguinte maneira:

Presidente

Paulo César de Sant'Anna

Secretaria Geral

Alessandra Amorim Souza

Maria de Lurdes Petroni

Lucimara Regina de Paula
Vanessa Patrícia Roncoletta
Helena Cayres Lopes
Tatiana Zonaro
Isabel Aparecida Gesqui Geraldo
Rosani Maria de Fatima Praxedes Santos
Mauro Justino
Marcelo da Silva

Supervisão de Boletins

Wilson Roberto Fernandes

Supervisão de Comunicação e Relações Públicas

Márcia Pavan Guilherme
Felipe Augusto S. Bonança

Supervisão de Saúde

Rafael Fernando Silveira
César Munir de Almeida
Denise Silva Neves

Supervisão de Delegação

Mariana Antonelli
Thales Mendonça

Supervisão de Alojamento e Alimentação

Ana Paula Citeli
Elaine Aparecida Galvão
Milena da Silva Adelaide
Chan Wai Yip
Edmilson de Souza Lima
Marcelo Moda
Wagner Roberto da Silva
Walter Mendes de Oliveira Filho
Alan Primo de Oliveira

Supervisão de Transporte

Glaudir Jacynto Chaves
Norival José da Silva

Supervisão de Segurança

Richard Florentino Barbosa
Cássio Nicola

Supervisão de Voluntários

Andrea Lucimara Censi Tramontina
Marcelo Duarte Nitsch

Supervisão de Licitação, Contratos e Convênios

Petrus Esteves Teixeira
Michele Mourão
Miriam Ferreira de Godoy
Joyce Gomes de Almeida

Supervisão de Manutenção e Almoxarifado

Ivaldo Milharci
Luis Carlos Facconi

Supervisão do Cerimonial de Abertura, Encerramento e Premiação

Davi Rodrigues Poit
Marisa Adélia Bianco
Mary Solange Martelo
Adriana Sagrillo
Ana Cristina dos Santos
Tânia Cristina Coelho Vaccari
Virgínia Conde Velotti
Alessandra Citelli
Ana Lúcia Pavão

Controle de Gestão de Pessoas

Denise Marta Marcondes Coelho
Cláudio
Marcos

Coordenação - Locais de Competição

Sebastião Rogério F Gomes
André Leandro Daineze
Nadir Bronzantti
Eloísa Maria Arruda
Paulo Henrique de Lima
Márcio Aparecido Gimenes
Ismael dos Santos Silva
Augusto B Gotardo
Leandro Silva
Evandro F Madurgira
Paulo Henrique
Elton Paulo da Silva
Gonçalo Agapito
Rogério Cláudio da Silva
Júlio Monteiro
Manoel Soares da Silva Filho
Eraldo P da Silva
Roberto dos Santos Ribeiro
Denise Guerra
Maria Helena Targa
Hélio Rubens O Berol
Francisco José de Souza
Donizate Vicente da Silva
Ivete Serigato de Souza

Valdinei Lucchiani de França
Joel Teixeira de Oliveira
Oséias Bueno
João Paulo Eufrazio
José Benedito de Oliveira
Paulo Sérgio de Paula
Márcio Alves
Edson Antonio Prado
Gentil Domingues de Azevedo
Valdecir dos Santos Alves
Bento Ferreira da Cunha
Expedito Gomes da Silva
Eduardo Marcelino
Paulo João da Silva
Wellington Bertolino Turqueto

Para Coordenação Técnica, os seguintes profissionais foram escolhidos:

Atletismo

Rhonan Louro Rodrigues
Romilda M. de Moraes Roncoletta
Robson Heiton Mian
Jennifer Souza dos Santos
Thais Aoki Saito

Basquetebol

Ademir Duran
Edson Luiz Mina
Maria José Castelani
Jair Antonio Tavares
Leonel Menezes
Luis Cláudio C. Tarallo

Futsal

Cleber Rodrigues Bandeira
Kleber da Silveira Franco
Eduardo Henrique Mendes
Reinaldo dos Passos
Régis Celestino Belode

Ginástica Artística

Rachel Ciaco Nunes
Vanderlei Serigati
Cristiana Miyamoto Fernandes
Marco Antonio Fernandes
Thiago Galdensi Costa
Roney do Nascimento

Ginástica Rítmica

Elenir Glória Sabino

Elisângela Valéria dos Santos
Ticiane Baccaglioni

Handebol

Dafne Hardt dos Santos
Daniel Luiz Setina
Edlady Tomaz de Oliveira
Renato Antonio da Silva
Valdirene Aparecida Lazaretti Bitto
Clóvis Tadeu Pedroso
Bruno Mazzuco

Natação

Otacílio Aparecido Calciolari Filho
Valéria Soraia Bezerra Nunes
Marcelo Henrique Francisco
Michael A. Lenk Gregório
André Schunk Luta

Voleibol

Carlos Augusto Mota Calabresi
Mara Cristiane C. Zanon
José Antônio Pires
Marcelo Henrique Pimentel
Ademir Zamboni
Moacir Carlos Regra

O início do evento se deu com o congresso técnico da fase final estadual no dia 12 de outubro, momento que foram definidos os Sistemas de Disputa que seriam utilizados durante o evento.

d) Avaliação

Pós evento sempre se torna um aspecto importante durante o planejamento das atividades que são oferecidas. Para o Paulo César de Sant' Anna, chefe do Comitê Organizador, foi muito prazeroso, ver todos imbuídos do mesmo objetivo, o de acolher a todos e fazer o evento acontecer da melhor maneira.

Para um gestor, não apenas o sucesso de sua equipe é necessário, mas que os objetivos sejam alcançados. Um dos técnicos da cidade de Fernandópolis, Rodrigo Garcia, relatou da seguinte maneira a recepção no evento: "Eu creio que isso foi um grande diferencial nos Jogos Infantis. Posso dizer com toda certeza que

foi uma surpresa para nós. Muitos acham que isso não têm importância, mas são esses pequenos detalhes que nos fazem sentir acolhidos nesse período que estamos fora de casa”.

Outro fator esportivo foram as estruturas dos espaços esportivos. Durante todo o evento, uma equipe sincronizada e envolvida com o evento prontos para fazerem com que os atletas se sentissem em casa, relata o técnico.

Considerando que a rotina dos atletas consiste em acordar, tomar café da manhã, um tempo livre, almoço e jogo, estar bem acomodado é fundamental para o máximo desempenho esportivo. Os atletas Élder Silva e Kaleb Cavaleiro elogiaram as instalações: “A escola em que estamos alojados é muito boa e tem tudo que precisamos. Geralmente os alojamentos de competições são muito precários, mas esse dispõe do básico para que possamos fazer o melhor possível nos jogos. A comida do refeitório também é muito boa”.

6. Análise e discussão

A execução de mais evento esportivo relaciona-se com o reconhecimento de que esporte é um direito, porém que não se destacou imediatamente nas ações governamentais, mesmo estando determinado pela Constituição Federal. Com a destinação de uma pasta exclusiva ao setor (Ministério do Esporte), em 2003, elenca-se o tratamento diferenciado na gestão pública do esporte, assumindo “[...] pública e oficialmente as demandas esportivas como uma questão de acesso dos cidadãos a um direito legalmente garantido”.

Na educação de jovens e adultos a exclusão da prática esportiva é confirmada. Para o ensino noturno, torna-se facultativo e em período oposta ao horário de aula. No Ensino Superior, não existe tal prática. Já na educação básica, existe a obrigatoriedade da ministração de aulas de Educação Física, que deve estar ajustado à proposta pedagógica escolar como um componente curricular. Porém, mesmo dessa forma, na maioria dos casos, ela está presente na configuração de aulas duplas uma vez por semana, marginalizando o objetivo da aula. Quando não se torna facultativa ao aluno que já pratica exercício físico em outro local, comprovando a prática, sendo permitido por lei a escolha da participação em aula.

Em contrapartida ao retrato educacional, as PPEL têm tomado outro rumo, com projetos cada vez mais crescentes e complexos incentivando a prática educacional e participativa, relacionados ao esporte.

Athayde (2009) destaca que esses programas ou utilizam de infraestrutura terceirizada ou escolar, sem investir em melhorias nesta e, por vezes, competindo com as aulas de Educação Física Escolar, mesmo possuindo um grande aporte de recurso para investimento. Já Figueiredo (2009), coloca em questão a formação, a estruturação e a competência dos agentes sociais envolvidos nesses programas. Isso reforça a perspectiva da massificação e detecção de futuros atletas de elite e não da democratização do acesso ao esporte e ao lazer como um direito.

Analisar o que apresentado criticamente evidencia a necessidade de uma nova ordem de sociedade, onde haja organização das relações sociais não apenas pela produção, porém, nos diversos planos de existência social alinhadas com princípios éticos e políticos, onde “a exploração do homem pelo homem não seja

considerado algo natural ou apenas recriminável, mas sim inadmissível” (Melo, 2005, p. 189) – que garantam os *direitos sociais* como *direitos* que o são.

Paulo César de Sant’ Anna exemplifica o que ocorreu com a estrutura administrativa da cidade de Jundiaí:

“Em Jundiaí, após uma reforma administrativa, as Secretarias passaram a ser Unidades de Gestão. A Unidade de Gestão de Esporte e Lazer é subdividida nos Departamentos: Departamento de Esporte Adaptado, Departamento de Esporte Educacional e Participação e Departamentos de Esporte de Formação e Rendimento, onde fomenta todos os programas e ações. Todos têm como missão universalizar o acesso ao esporte em Jundiaí e garantir excelência no atendimento. Hoje em nossa visão, buscamos ser referência em políticas públicas de esporte. Creio que estamos no caminho!”

Em contrapartida se evidencia o fato de que as Políticas Públicas de Esporte e Lazer têm maior incentivo estatal – por diversos motivos, sejam interesses políticos e econômicos que se iniciam na obtenção de um celeiro de atletas, e *um pão e circo*, e terminam no oferecimento de mais uma fonte de acúmulo de capital – resta, então, uma menor importância às aulas de Educação Física Escolar por não ser do interesse do Estado o bem-estar social e a qualidade de ensino, observa-se com as novas políticas de ensino.

7. Considerações Finais

Tubino (1992) ratifica que o esporte possui diferentes interpretações em suas relações com outras atividades, descrevendo ainda o Esporte – Educacional como mais um meio para formação de cidadania; Esporte Popular fundamentado no sentido participativo, espontâneo, comprometido com o bem estar social e qualidade de vida e o Esporte de Rendimento cercado por interesses comerciais visando o espetáculo, vitória a qualquer custo. Podemos perceber ainda outras possibilidades do esporte, quando tratamos de pessoas portadoras de necessidades especiais, reabilitação fisioterapêutica ou terapêutica, e outras manifestações que parte do esporte.

Em 1892, Pierre de Frédy, conhecido pelo título nobiliárquico de Barão de Coubertin. Educador, filósofo e historiador, em uma conferência sobre esportes na Universidade de Sorbonne, em Paris, propôs o ressurgimento dos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga. Dois anos depois ele fundamentou o Movimento Olímpico baseado nos seguintes princípios básicos:

- promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais, que estão na base do esporte;
- educar a população jovem por meio do esporte, em um espírito de entendimento e amizades mútuos, ajudando-a na construção de um mundo melhor e mais pacífico;
- difundir os princípios olímpicos por todo o mundo, criando assim a boa vontade internacional; e
- reunir os atletas dos países civilizados nos Jogos Olímpicos a cada quatro anos.

Pierre de Frédy, quando se empenhou na reorganização dos Jogos Olímpicos almejava revalorizar os aspectos pedagógicos do esporte mais do que assistir à conquista de marcas e quebra de recordes. Sua preocupação fundamental era valorizar a competição leal e sadia, o culto ao corpo e à atividade física.

Segundo Zaluar (1994), a pedagogia do esporte deve transformar o esporte em um veículo para um projeto educacional que extrapole a própria atividade prática,

configurando-se em uma prática de conjunto, que implica no respeito a regras consensuais e na aceitação de uma autoridade legitimada, ou seja, o esporte com conceitos de formação da cidadania abordando aspectos de cooperação, respeito mútuo e sentimento de pertencer a um grupo, aspectos esses fundamentais na construção de uma organização social.

A realização de um evento esportivo vem satisfazer tais afirmações. O evento esportivo atinge todo tipo de público seja ele atleta ou não, ficando evidente durante a realização do mesmo a interação esporte sociedade. O evento proporcionou algumas reformas nos próprios públicos e aquisição de materiais esportivos, contribuindo de uma maneira geral a todos que utilizam os equipamentos na prática esportiva. Municípios puderam prestigiar um evento esportivo de alto índice técnico, de modo presencial a através das mídias sociais.

Seguindo a Lei Federal nº 9.615/98 do desporto educacional, a cidade de Jundiaí através do Departamento de Esporte Educacional e Participação trabalha com 30 Educadores Esportivos, que atuam em Complexos Educacionais, Culturais e Esportivos da municipalidade. Fomentando a adoção de um estilo de vida saudável, trabalhando com os valores olímpicos e utilizando o Esporte como ferramenta de desenvolvimento humano. E, independente de resultados, os quais as modalidades alcançaram, todos que participaram obtiveram uma enorme experiência e satisfação.

Os 1º Jogos Estadual Infantil sediado no Município de Jundiaí e realizado em parceria com Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer - Coordenadoria de Esporte e Lazer no período de 11 a 20 de outubro de 2018, contou com a participação de 14 Delegacias Regionais de Esporte e Lazer contando com aproximadamente 4.000 (três mil) participantes, entre técnicos, atletas, dirigentes e árbitros.

Teve por objetivo favorecer o desenvolvimento da prática esportiva por meio de competições e desenvolver o intercâmbio social e esportivo, difundir a prática das várias modalidades esportivas e dar oportunidade aos jovens valores e objetivando a melhoria física, técnica e tática do desporto, dentro de uma comunidade ou região, fazendo surgir novos valores no panorama desportivo nacional.

Foi direcionado às representações municipais do interior do Estado e por meio das Delegacias Regionais de Esporte e Lazer do Estado, serão disputadas 08

modalidades: Atletismo, Basquetebol, Futsal, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Handebol, Natação e Voleibol.

A importância do planejamento e organização de evento de grande porte, pôde projetar ao município no cenário nacional enquanto cidade que demonstra organização, respeito e acolhimento. Assim, após tantos eventos sediados no país e em estados, serem convidados a organizar a primeira Edição do Jogos Infantis de Estado de São Paulo, enche os munícipes de orgulho.

Além da Organização, pôde-se disponibilizar os espaços físicos municipais e particulares dotando-os de toda infraestrutura necessária para a acomodação das delegações, oferecer nas melhores condições todas as praças esportivas dentro das normas técnicas para realização dos jogos e competições, disponibilizar em todos os lugares de disputas todos os equipamentos e materiais esportivos para o desenvolvimento adequado de cada modalidade, zelar pela segurança e saúde de todos os envolvidos, oferecendo pronto atendimento médico hospitalar durante os jogos, assim, contribuindo para o aprimoramento técnico das modalidades em disputa da categoria, para todos os participantes.

8. Referências bibliográficas

- BAENINGER, R. A.. Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista. Campinas, SP: Coleção Campineira; v. 5, UNICAMP/CMU, 1996.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Makron, 2007. 176 p.
- BRACHT, V. *Sociologia Crítica do Esporte: uma contribuição*. Vitória: UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, 1997. 136 p.
- BRITTO, J.; FONTES, N.; *Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo*. São Paulo, Aleph, 2002.
- BUENO, L. *Políticas públicas do Esporte no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- CARREIRO, E.A.; GALLEGUILLOS, V.S.B. Gestão de políticas públicas e educação física. In: CARREIRO, E.A. *Gestão da Educação Física e do Esporte*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p.124-6. (Série UNESP)
- CESCA, C. G.; *Organização de Eventos – Manual para Planejamento e Execução*. 2º ed. São Paulo: Sammurus, 1997.
- CHIZZOTTI, Antonio. Parte II: Pesquisa Qualitativa. In: *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 2001. 5 Ed.
- CIPOLLATO, A. Imigrantes Italianos em Jundiaí IN: Stafuzza, A. M. (Coord..) - Museu de Jundiaí n.º 1 – 1967 – Editora Ave Maria Ltda. São Paulo._____. Jundiaí na História, Jundiaí, Ed. Japy, 1994.
- CRISTINA, K.; SILVA, D. A. Kátia cristina da silva izaías população e dinâmica econômica na formação da cidade de jundiaí – 1615-1890. [s. l.], 2012.
- DAVIDOVICH, F. *Revista Brasileira de Geografia*, 1966 vol. 28, n. 4. EDUSP, 1991.
- EGAS, E., *Municípios Paulistas. Secção de Obras do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1925.
- GATTOLINI, G. G. et al. *Expo Municipal – História de Jundiaí*. Calíope Editora e Propaganda S/C Ltda. 1998.
- GATTOLINI, G. G. *Transparências Históricas e Políticas de Jundiaí*. Editora Propaganda Ltda. 2008.
- GEBARA, A.; PILATTI, L. A.; *Ensaio sobre a história e sociologia nos esportes*. Jundiaí, São Paulo: Fontoura Editora, 2006.

GNECCO, J.R. A privatização dos equipamentos públicos de Esporte & Lazer da Cidade de Rio Claro: um caso típico das prefeituras brasileiras. In: Congresso científico latino-americano Fiep Unimep, 1º, 2000, Piracicaba. *Coletâneas*. Piracicaba, 2000. p.124-30.

GONÇALVES, M. F. (Org.). O novo Brasil urbano. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

GONÇALVES, M. F.a (autor); FARIA, Vilmar Evangelista (orient.). As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP.

HOLLOWAY, T. H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Tradução: Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LINHALES, A.M. A Trajetória Política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos e setores excluídos. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LUIZ Jr., H.S et al. *Gestão pública no Esporte: relatos e experiências*. São Paulo: CREF4/SP, 2018. (Coleção Selo Literário, 16).

LUNA, F. V. ; KLEIN, H. S. . Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005.

MAKINO, M. Jundiaí – Povoamento e desenvolvimento 1655-1854. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FFLCH, USP, São Paulo. 1981.

MANEZENCO, R.; SALLES, J. G. C. Política Nacional del Deporte: las representaciones colectivas del deporte civilizador. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR, n 11, 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 331-342.

MAZZUIA, M.. Jundiaí através de Documentos, Jundiaí, Edição patrocinada pela Prefeitura Municipal de Jundiaí, 1976.

MELO, V.A. (2004). História da educação física e do Esporte no Brasil: panorama e perspectivas. São Paulo: Ibrasa.

ODIM, Thiago Batista (Ed.). Estado de SP terá em 2018 os Jogos Infantis.: Estado de SP terá em 2018 os Jogos Infantis. E Jundiaí será a sede da primeira edição. 2017. Disponível em: <<https://www.esportejundiai.com/2017/11/estado-de-sp-tera-em-2018-os-jogos.html>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

PAULA, D.A.M. *Organização dos Jogos Regionais de Limeira 2004*. 2005. 54f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Educação física) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2005.

PEREIRA, E. C.. Núcleos coloniais e construções rurais. ELETROBRAS, 2006.
POIT, D. R.; *Organização de Eventos Esportivos*. 1. ed. Londrina: Midiograf, 1999.
PONTES, A. T. Jundiaí - Edição Histórica. São Paulo: Escalibur, 1970.

PRADO, M. M. S. *Os jogos regionais de Rio Claro 2008*. 2008. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Educação física) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2008. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/11449/120658>> Acesso em: 16 jan. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, 24 mar. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9615consol.htm. Acesso em: 31 mar. 2019.

SAINT-HILAIRE, A.. Viagem a província de São Paulo. Belo Horizonte; São Paulo, SP: Itatiaia: USP, 1976.

SANTOS FILHO, L.. História geral da medicina brasileira. São Paulo: Hucitec:
SAWITZKI, R. L. Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. *Licere*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p.1-16, mar. 2012.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23º ed. e 5º reimp.; São Paulo: Cortez 2007.

SHIMMEL, A. *Os Grandes Eventos Esportivos: Desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: Unicamp, 2013.

SOUSA, J. S. I. DE. A Agricultura em Jundiaí, Sociedade Viti-Vinicola e Rural de Jundiaí, 1955.

STAFUZZA, A. M. (Coord.) - Museu de Jundiaí – Efemérides, -Tipografia Edane S.A., 1974.

STAFUZZA, A. M. (Coord.) Museu de Jundiaí n.º 1 – 1967 – Editora Ave Maria Ltda. São Paulo.

SUB-COMISSÃO DO MARCO HISTORICO Elementos para a historia de Jundiai: Jundiai, Sociedade Amigos de Jundiai, 1955.

TENAN, I. P. S.; *Eventos*. 1º ed. São Paulo: Aleph, 2002. Coleção ABC do turismo.

TUBINO, M. J. Teoria geral do Esporte. São Paulo: Ibrasa. 1987. 80 p.

TUBINO. M. J. Esporte Educação Física e Constituição. São Paulo: IBRASA. 1989.196 p.

TUBINO. M. J. Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte educação. Maringá: Eduem, 2010.163 p.

VERONEZ, L. F. C. Quando o Estado Joga a Favor do Privado: as políticas de esporte após a constitucionalização de 1988. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2006.

CARVALHO, C. M. Esporte como Política Pública: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil. [s. l.], 2013.

Athayde PFA. O “lugar do social” na política de esportes do governo Lula. *Ser Social* 2011;13(28):184-209.

FIGUEIREDO, P. O. F. de N. Política e formação: o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, UnB, Brasília, 2009.

MELO, m. de P. Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da maré. Campinas: Autores Associados, 2005.

ZALUAR, Alba. O esporte na educação e na política pública. In *Educação Sociedade*, n12 38, abril, p. 19-44. 1991.

SANT' ANNA, Paulo César de. [Entrevista concedida a] Matheus Paulo de Jesus Guedes. Jundiaí, 4 set. 2019.

JUNDIAÍ é referência em hospitalidade nos Jogos Infantis. Prefeitura de Jundiaí, Jundiaí. 19 de outubro 2018. Disponível em:

<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2018/10/19/jundiai-e-referencia-em-hospitalidade-nos-jogos-infantis/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

PORTARIA 05 G. CEL

O Coordenador de Esporte e Lazer no uso de suas atribuições legais expede a presente Portaria que estabelece as:

Regiões Esportivas do Estado de São Paulo, para o ano de 2018.

1ª REGIÃO ESPORTIVA DREL da GRANDE SÃO PAULO

IREL de OSASCO - Osasco, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

IREL de SANTO ANDRÉ - Santo André, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul.

DREL de SANTOS - Santos, Bertioga, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, São Vicente

IREL de ITANHAÉM - Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe.

2ª REGIÃO ESPORTIVA DREL de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - São José dos Campos, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, Santa Isabel.

IREL de CARAGUATATUBA - Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba.

IREL de CRUZEIRO - Cruzeiro, Arapeí, Areias, Bananal, Lavrinhas, Piquete, Queluz, São José do Barreiro, Silveiras.

IREL de GUARATINGUETÁ - Guaratinguetá, Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Lagoinha, Lorena, Potim, Roseira.

IREL de PINDAMONHANGABA - Pindamonhangaba, Caçapava, Campos do Jordão,

Natividade da Serra, Redenção da Serra, São Luiz do Paraitinga, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, Taubaté, Tremembé.

IREL de GUARULHOS - Guarulhos, Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã.

IREL de MOGI DAS CRUZES - Mogi das Cruzes, Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Poá, Salesópolis, Suzano.

3ª REGIÃO ESPORTIVA DREL de BAURU - Bauru, Agudos, Arealva, Avaí, Balbinos, Borebi, Cabrália Paulista, Duartina, Iacanga, Lençóis Paulista, Lucianópolis, Macatuba, Paulistânia, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves, Reginópolis, Ubirajara, Uru.

IREL de BOTUCATU - Botucatu, Anhembi, Areiópolis, Bofete, Itatinga, Pardinho, Pratânia, São Manuel, Torre de Pedra.

IREL de JAÚ - Jaú, Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Igarçu do Tietê, Itaju, Itapuí, Mineiros do Tietê.

IREL de LINS - Lins, Cafelândia, Getulina, Guaiçara, Guaimbé, Guarantã, Pongaí, Promissão, Sabino.

IREL de PIRACICABA - Piracicaba, Águas de São Pedro, Capivari, Charqueada, Mombuca, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra, São Pedro.

IREL de SÃO CARLOS - São Carlos, Analândia, Brotas, Descalvado, Dourado, Ibaté, Itirapina, Porto Ferreira, Pirassununga, Ribeirão Bonito, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita do Passa Quatro, Torrinha.

4ª REGIÃO ESPORTIVA DREL de CAMPINAS - Campinas, Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Hortolândia, Indaiatuba, Monte Mór, Nova Odessa, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos, Vinhedo.

IREL de ATIBAIA - Atibaia, Bragança Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Joanópolis, Nazaré Paulista, Piracaia, Vargem.

IREL de JUNDIAÍ - Itatiba, Morungaba.

IREL de LIMEIRA - Limeira, Araras, Conchal, Iracemápolis, Leme.

IREL de MOGI GUAÇU - Mogi Guaçu, Estiva Gerbi, Holambra, Itapira, Mogi Mirim, Santo Antonio da Posse.

IREL de RIO CLARO - Rio Claro, Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Santa Gertrudes.

IREL de SÃO JOÃO DA BOA VISTA - São João da Boa Vista, Aguaí, Águas da Prata, Espírito Santo do Pinhal, Santo Antonio do Jardim, Vargem Grande do Sul.

IREL de SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - São José do Rio Pardo, Casa Branca, Caconde, Divinolândia, Itobi, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, São Sebastião da Gramma, Tambaú, Tapiratiba.

IREL de ÁGUAS DE LINDÓIA - Serra Negra, Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Socorro, Tuiuti.

5ª REGIÃO ESPORTIVA DREL de RIBEIRÃO PRETO - Ribeirão Preto, Barrinha, Cravinhos, Dumont, Jardinópolis, Luis Antonio, Pontal, Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Sertãozinho, São Simão.

IREL de BATATAIS - Batatais, Altinópolis, Brodósqui, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Santo Antonio da Alegria, Santa Cruz da Esperança, Serra Azul.

DREL de FRANCA - Franca, Cristais Paulista, Itirapóã, Jariquera, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista.

IREL de ITUVERAVA - Ituverava, Aramina, Buritizal, Guará, Igarapava, Miguelópolis.

IREL de SÃO JOAQUIM DA BARRA - São Joaquim da Barra, Ipuã, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira.

DREL de BARRETOS - Barretos, Colina, Colômbia, Guaíra, Jaborandi.

IREL de BEBEDOURO - Bebedouro, Monte Azul Paulista, Pirangi, Pitangueiras, Taquaral, Terra Roxa, Viradouro.

IREL de OLÍMPIA - Olímpia, Altair, Cajobi, Embaúba, Guaraci, Severínia.

DREL de ARARAQUARA - Araraquara, Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Guataparã, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Lucia, Tabatinga, Trabiçu.

IREL de JABOTICABAL - Jaboticabal, Guariba, Monte Alto, Pradópolis, Vista Alegre do Alto, Taiaçu, Taiúva.

IREL de TAQUARITINGA - Taquaritinga, Borborema, Candido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Ibitinga, Itápolis, Matão, Santa Ernestina.

6ª REGIÃO ESPORTIVA DREL de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - São José do Rio Preto, Adolfo, Bady Bassit, Balsamo, Cedral, Guapiaçu, Icém, Ipiguá, Jaci, José Bonifácio, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Nova Aliança, Nova Granada, Palestina, Paulo de Faria, Potirendaba, Orindiúva, Onda Verde, Sales, Ubarana, Uchôa.

IREL de CATANDUVA - Catanduva, Ariranha, Catiguá, Elisiário, Ibirá, Irapuã, Itajobi, Marapoama, Novais, Novo Horizonte, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Santa Adélia, Tabapuã, Urupês.

IREL de FERNANDÓPOLIS - Fernandópolis, Estrela D'Oeste, Guarani D'Oeste, Indiaporã, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Pedranópolis, São João das Duas Pontes.

IREL de JALES - Jales, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Mesópolis, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populína, Santa Albertina, Santa Salete, São Francisco, Turmalina, Urânia, Vitória Brasil.

IREL de MONTE APRAZÍVEL - Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Planalto, Poloni, Sebastianópolis do Sul, Tanabi, União Paulista.

IREL de SANTA FÉ DO SUL - Santa Fé do Sul, Aparecida D'Oeste, Marinópolis, Nova Canaã Paulista, Rubinéia, Santana da Ponte Pensa, Santa Clara D'Oeste, Santa Rita D'Oeste, Três Fronteiras.

IREL de VOTUPORANGA - Votuporanga, Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Floreal, Macaubal, Monções, Nhandeara, Parisi, Pontes Gestal, Riolândia, Valentim Gentil.

DREL de ARAÇATUBA - Araçatuba, Auriflama, Bento de Abreu, Brejo Alegre, Gastão Vidigal, General Salgado, Guararapes, Guzolândia, Ilha Solteira, Magda,

Nova Castilho, Nova Luzitânia, Pereira Barreto, Rubiácea, Santo Antonio do Aracanguá, São João de Iracema, Sud Menucci, Valparaíso.

IREL de ANDRADINA - Andradina, Castilho, Guaraçaí, Itapura, Lavínia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Suzanópolis.

IREL de BIRIGUI - Birigui, Bilac, Buritama, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Glicério, Piacatu, Lourdes, Turiuba, Zacarias.

IREL de PENÁPOLIS - Penápolis, Alto Alegre, Avanhandava, Barbosa, Braúna, Luisiânia, Santópolis do Aguapeí.

7ª REGIÃO ESPORTIVA DREL de PRESIDENTE PRUDENTE - Presidente

Prudente, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Rancharia, Regente Feijó, Santo Expedito, Taciba, Tarabaí.

IREL de ADAMANTINA - Adamantina, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariópolis, Pacaembu, Pracinha.

IREL de DRACENA - Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Álho, Tupi Paulista.

IREL de OSVALDO CRUZ - Osvaldo Cruz, Inúbia Paulista, Parapuã, Rinópolis, Sagres, Salmourão.

IREL de PRESIDENTE VENCESLAU - Presidente Venceslau, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio.

DREL de MARÍLIA - Marília, Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Fernão, Julio Mesquita, Gália, Garça, Lupércio, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia, Vera Cruz.

IREL de ASSIS - Assis, Borá, Cândido Mota, Cruzália, Florínea, Lutécia, Maracaí, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina, Tarumã.

IREL de OURINHOS - Ourinhos, Bernardino de Campos, Campos Novos Paulista, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ibirarema, Ipaussú, Óleo, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Timburi.

IREL de PIRAJÚ - Pirajú, Coronel Macedo, Fartura, Manduri, Sarutaiá, Taguaí, Taquarituba, Tejupá.

IREL de TUPÃ - Tupã, Arco Iris, Bastos, Herculândia, Iacri, Quatá, Queiroz, Quintana.

8ª REGIÃO ESPORTIVA DREL de SOROCABA - Sorocaba, Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Cabreúva, Ibiuna, Itú, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Salto, Pirapora do Bom Jesus, Salto de Pirapora, Santana de Parnaíba, São Roque, Tapiraí, Votorantim.

IREL de AVARÉ - Avaré, Águas de Santa Bárbara, Arandu, Cerqueira Cesar, Iaras, Itaí.

IREL de ITAPETININGA - Itapetininga, Alambari, Angatuba, Campina do Monte Alegre, Guareí, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Paranapanema.

IREL de ITAPEVA - Itapeva, Apiaí, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Itaberá, Itaoca, Itaporanga, Itapirapuã Paulista, Itararé, Nova Campina, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarivaí.

IREL de TATUÍ - Tatuí, Boituva, Cesário Lange, Capela do Alto, Iperó, Porangaba, Quadra.

IREL de TIETÊ - Tietê, Cerquilha, Conchas, Jumirim, Laranjal Paulista, Pereiras, Porto Feliz, Rafard.

IREL de ITANHAÉM - Itariri, Pedro de Toledo.

IREL de REGISTRO - Registro, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Jacupiranga, Juquiá, Miracatú, Pariquera-Açú, Sete Barras.

IREL de JUNDIAÍ - Jundiaí, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Louveira, Várzea Paulista.